

PROFISSÃO, FILÓSOFO: O PROF-FILO EM MATO GROSSO

PROFESSION, PHILOSOPHER: THE PROF-FILO IN MATO GROSSO

Alécio Donizete da Silva¹
Rodrigo Marcos de Jesus²

Resumo:

O artigo faz uma reflexão sobre o Mestrado Profissional em Filosofia na Universidade Federal de Mato Grosso. A primeira parte do texto discute alguns conceitos e problemas acerca da formação filosófica, da institucionalização da filosofia, do profissional de filosofia e do ensino de filosofia no estado de Mato Grosso. Nessa parte são mobilizadas noções de Platão, Aristóteles e Deleuze. Também são feitos questionamentos às práticas acadêmicas consagradas, como a ideia de que a filosofia se restringe aos textos, sem a devida consideração em relação a diversidade das formas e dos métodos, e às possibilidades do filosofar que, sem negar a importância do texto, não se limita a produção textual. A segunda parte destaca características do núcleo UFMT, apresentando alguns números e observações críticas com relação ao corpo discente, ao corpo docente e ao produto educacional. O texto finaliza indicando desafios do núcleo para os próximos anos com respeito à comunicação, ao diálogo com egressos, ao espaço físico, à extensão, à integração com a graduação e à articulação com o mestrado acadêmico.

Palavras-chave: Ensino de filosofia; Mato Grosso; UFMT; profissional de filosofia

Abstract:

The article reflects on the Professional Master's Degree in Philosophy at the Federal University of Mato Grosso. The first part of the text discusses some concepts and problems about philosophical education, the institutionalization of philosophy, professional philosophy and the teaching of philosophy in the state of Mato Grosso. In this part, notions from Plato, Aristotle and Deleuze are mobilized. Questions are also raised about established academic practices, such as the idea that philosophy is restricted to texts, without due consideration for the diversity of forms and methods, and the possibilities of philosophizing which, without denying the importance of the text, does not limited to textual production. The second part highlights characteristics of the UFMT center, presenting some numbers and critical observations regarding the student body, the teaching staff and the educational product. The text ends by indicating challenges for the center for the coming years with respect to communication, dialogue with alumni, physical space, extension, integration with undergraduate studies and articulation with the academic master's degree.

Keywords: Teaching philosophy; Mato Grosso; UFMT; philosophy professional

¹ Departamento de Filosofia UFMT. E-mail: aleciodonizete.silva@gmail.com.br, Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4483690235510046>, ORCID: 0009-0005-9909-0011

² Departamento de Filosofia UFMT. E-mail: rodrigomarcosdejesus@yahoo.com.br, Link do currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/3723301504388195>, ORCID: 0000-0002-2125-8794

A instituição filosófica e o profissional da filosofia

Já na origem, a tradição filosófica ocidental estabelece a si mesma a tarefa de produzir conhecimento rigoroso. A compreensão e a linguagem do senso comum pouco importariam neste sentido. Tradicionalmente a filosofia nunca está disposta a perder adeptos se isso significar perder também o rigor. Esta máxima, a despeito de ser coerente, nunca foi assumida e posta em prática de modo tranquilo e sem percalços. Sobretudo quando o conhecimento filosófico passa a ser institucionalizado e, conseqüentemente, surge a filosofia profissional. Diversos são os momentos, contextos e lugares onde esse debate se fez. Os próprios clássicos como Platão e Aristóteles, estabelecem bases e direções para uma discussão.

Platão trata de questões próximas a isso no diálogo *Teeteto*, após longo debate sobre a natureza do conhecimento. Ele faz distinções entre saber sensível e saber inteligível, passa uma a uma as diversas metodologias conhecidas, bem como suas limitações, e, no fim, estabelece as diferenças entre conhecimento intelectual e conhecimento sensível. Nesta passagem, afirma a superioridade do primeiro e atribui ao filósofo – e só a ele – a competência para realizá-lo:

Desde o nascimento, tanto os homens como os animais têm o poder de captar as impressões que atingem a alma por intermédio do corpo. Porém relacioná-las com a essência e considerar a sua utilidade, é o que só com tempo, trabalho e estudo conseguem os raros a quem é dada semelhante faculdade (1988, p. 63).

Os “raros”, os talentosos ou os iniciados recebem, pois, a nobre tarefa de compreender a filosofia e filosofar. Platão aqui não se refere ao ensino de Filosofia. Em seu tempo, a filosofia era praticada, ensinada e aprendida, não necessariamente numa escola.

Para Aristóteles, como lemos em trecho conhecido do início do Livro I da *Metafísica*, todos os homens têm por natureza o desejo de conhecer. Isso, no entanto, não os fazem iguais. No mesmo livro I, ele praticamente parafraseia Platão no trecho supracitado: “enquanto os outros animais vivem com imagens sensíveis e com recordações, e pouco participam da experiência, o gênero humano vive também da arte e do raciocínio” (2002, p. 4). Nunca é demais observar: arte neste contexto significa técnicas ou saberes. Conforme Aristóteles, o gênero humano se distingue pelo raciocínio, e isso, somado à capacidade de memória eleva o potencial da experiência. Contudo, a partir disso os homens não se distinguem apenas dos animais, também se diferenciam entre si. Enfim, Aristóteles considera distintos e mais dignos de honra os sábios conhecedores das causas das coisas.

Os trabalhadores manuais agem, mas sem saber o que fazem, assim como agem alguns dos seres inanimados, por exemplo, como o fogo queima. Cada um desses seres inanimados age por impulso natural, enquanto os trabalhadores manuais agem por hábito (2002, p. 4).

Na seqüência, com afirmações contundentes, ele ratifica a separação entre o conhecimento apenas empírico e o conhecimento abstrato. Ademais, quem domina este último, não só domina a arte (técnica) mas também conhece as causas. Estes são os mesmos “raros” a quem Platão atribuía a faculdade de conhecer abstratamente. Por fim, destacamos deste trecho algo curioso. Ao enfatizar a arte como uma ciência e não apenas uma experiência, ele afirma: “em geral, o que distingue quem sabe de quem não sabe é a capacidade de ensinar”. Ora, se fosse levada a sério esta afirmação, do mestre do Liceu, teríamos poupado muito tempo e

ouvidos. Pois, ninguém estranha a polêmica, sempre contemporânea, nos institutos e departamentos de filosofia: afinal, há maior dignidade filosófica em pesquisar ou em ensinar? Como se houvesse ou precisasse haver um abismo entre as duas coisas. De qualquer forma, conforme a posição tomada frente a isso, maior ou menor adesão haverá a um projeto de mestrado profissional. Com mais clareza se compreenderá a importância de incrementar e fortalecer o ensino fundamental e médio como um caminho óbvio para dar cada vez mais relevância à filosofia em nosso país.

Em muitos outros períodos da história da filosofia, voltaria à tona o problema da acessibilidade à filosofia, ou, se Filosofia é para poucos ou para todos. Por exemplo, são conhecidas as posições de Schopenhauer e Nietzsche, por exemplo, sobre a filosofia universitária e seu estatuto institucional. Enquanto Kant e Hegel, não somente praticavam, defendiam e debatiam o ensino de filosofia, mesmo nos colégios, os dois primeiros combatiam qualquer tipo de profissionalização. A razão, segundo eles, era simples: dadas as dificuldades inerentes àquele modelo de “filosofia rigorosa, e para poucos” herdado dos clássicos, não seria possível torná-la popular ou massificada.

Todavia, é um fato: a filosofia, há séculos, é uma instituição, ou, na pior hipótese, uma disciplina. Como tal, precisa ser publicamente discutida, seja por uma questão metodológica como na Grécia antiga, seja pela obrigação dos profissionais pagos para esse fim. E, além de ser ensinada, precisa também ser justificada, como adiante veremos. Isso normalmente está a cargo, portanto, de um professor, ou uma professora. Como, então, atender às duas exigências (manter-se rigorosa e ser *popularizada*) sem negar-se ou cair em contradição? Podem os “ensinadores” profissionais de filosofia passar ao largo destas questões?

A filosofia e o texto filosófico

Como se pode supor a partir das reflexões anteriores, a filosofia não necessariamente é escrita, ela também é feita, isto é, refletida, dialogada, posta em prática. E, como em quase tudo, o *fazer* vem antes, e, normalmente, parte de necessidades, de onde, então, produz-se experiência. Esta última – seja para avaliá-la criticamente, seja para absorvê-la como um aprendizado – será, então, lembrada, e, talvez, registrada por escrito. Ora, ao longo da história em geral, e, particularmente, na história da filosofia, o registro se fez e se faz mormente em forma de um texto. Com o passar do tempo e com muitas experiências inventariadas nas sociedades cada vez mais complexas, a Filosofia passa a ser ameaçada de se confundir com “o próprio texto”. Passos decisivos nessa direção foram dados pela institucionalização de suas práticas e pela profissionalização de seus praticantes. A certa altura – a qual alcançamos – tornou-se quase impossível, pensar nela (a filosofia) sem levar em conta seus registros por escrito, e não apenas em livros. Ao longo do século XX no Brasil, aprendemos filosofia nos e com os textos. Recebemos, por herança, verdadeiro cânon: nossos programas, documentos oficiais, grades curriculares e livros didáticos o adotam, confirmam, e provam ao menos em parte certa sacralidade. O modelo de sagrada escritura, herdado da cristandade europeia, foi adaptado. Assim, quando entrávamos numa graduação em Filosofia, muitos de nossos mestres e doutores punham certos autores nas mesas de verdadeiros altares filosóficos. Diante deles, pobres criaturas tropicais, de pele escura ou nem tanto e, ainda, semianalfabetas, eram convidadas a simbólicas e alienantes genuflexões. Do português mal falado e mal lido, saltava-se

para um incipiente francês e inglês instrumentais ou um alemão quase inalcançável, cujas dificuldades levavam os potenciais profissionais de filosofia a serem leitores especializados de um, ou, no máximo dois pensadores em toda a vida. Invariavelmente estrangeiros

Este quadro, um pouco dramatizado, conduz facilmente, o “novo leitor” de filosofia, a crer e a fazer crer na existência do texto como uma prerrogativa inescapável. Quase sem exceções, nosso ensino superior de filosofia sempre funcionou assim, paralelamente ao ensino dos seminários católicos – estes desde séculos atrás –, os quais não fugiam à regra. E embora, os estudos filosóficos de cunho religioso, aqui, não estejam em questão, cabe, de passagem, dizer: possuem eles grande importância no Brasil. Estatisticamente representam um bom número dos “formados” em filosofia. Além disso, até algumas décadas atrás fomos uma nação praticamente católica. Ainda hoje, dada a quantidade de seminários maiores e institutos católicos, todos os anos saem de lá, como padres, ou ex-seminaristas, muitos “profissionais ligados à filosofia”. Em Mato Grosso, esse é o caso, e grande número de professores do ensino Médio tem essa origem. Assim, quanto à filosofia, também nossos profissionais, “religiosos” ou leigos, a concebem rigidamente vinculada ao texto. Isso em si mesmo não acarreta problema algum. Todavia, as dificuldades existem e não são poucas. Em primeiro lugar, como enunciado acima, o caráter de escritura sagrada dado ao conteúdo; em segundo, o desafio pelo fato de estes textos (sagrados) se encontrarem em línguas estrangeiras; terceiro, as enormes barreiras advindas de nossa educação oficial deficiente, não aprendemos satisfatoriamente a nossa própria língua, e não cultivamos hábitos de leitura; quarto, se todos estes obstáculos fossem ultrapassados, restaria, ainda, o desperdício em relação à própria tradição filosófica, estudada e apresentada como única. Não bastasse uma ideia de filosofia tributária apenas do texto, nós a recebemos já de segunda ou terceira mão, isto é, pré-selecionada (em seus problemas), pré-comentada e pré-interpretada. Além disso, normalmente, somos colocados diante de conteúdos “canonizados” e nos é roubada a diversidade das formas e dos métodos. Sem, por fim, se considerar a vastidão de conteúdo obnubilado pelo conjunto de textos oferecido. Assim, a filosofia para nós se apresenta e se expressa “no e pelo” texto, mas não qualquer texto – deve ser em grego, alemão etc. Somos privados da diversidade de cosmo-percepções presentes em outros continentes e culturas. Por fim, há porquíssimas referências à diversidade de estilos e formas do texto filosófico. A possibilidade de filosofar por meio de cartas, poemas, aforismos etc. praticamente é desconhecida de quem folheia nossos materiais didáticos. Há umas poucas exceções e são bastante recentes as pequenas variações encontradas, nesse sentido.

É preciso, sem dúvida, ressaltar a grandeza do texto filosófico. Não se trata de desprezá-lo, ou não reconhecer sua importância. Mas, mais importante ainda é destacar o quanto a naturalização de que “a filosofia é o texto” complica a vida do profissional de filosofia no ensino médio. Uma vez confundida com o texto, a filosofia, por si só, já fica limitada, mas o “filosofar”, é, sem dúvida, o mais prejudicado. Nesse sentido destacamos uma das maiores dificuldades apresentadas ao nosso núcleo, do PROF-FILO. Apegados aos modelos vigentes e às práticas acadêmicas consagradas, claudicamos e demoramos a entender as peculiaridades incontornáveis de um mestrado profissional. E foram várias as demandas específicas, as quais precisaríamos contemplar. O texto filosófico a ser lido (mas também o texto a ser escrito) foi uma delas. O modo de trabalhar com textos no âmbito acadêmico ou no espaço escolar deve contemplar, cada um, o seu

campo de interesse e seu nível de exigência. E não se trata de diminuir o rigor ou simplificar os procedimentos. A questão central é a experiência filosófica: como e por que ela é realizada? E não resta dúvida, o professor de filosofia do ensino médio, como se verá adiante, enfrenta uma situação concreta absolutamente distinta de quem se dedica à leitura de textos com o único fim de produzir outro texto.

Entendida essa dificuldade – a saber, o desafio de não repetir no mestrado profissional os mecanismos, bons ou ruins, da experiência acadêmica em relação ao texto filosófico – foi preciso avançar para a próxima: entender, juntamente com os mestrandos, o conceito e os objetivos de um *produto educacional*. Quanto a isso, é preciso lembrar, além das adversidades já mencionadas, somam-se outras: a formação do professor dá-se num ambiente (acadêmico) de pouca ou nenhuma valorização da didática; a maior parte dos professores-doutores (formadores) sequer fez licenciatura e praticam a filosofia aprendida antes, ou seja, leitura e interpretação de texto; muitas vezes o contato mais próximo com o material didático e a crítica cega, como se não houvesse amanhã, mas amanhã o recém-formado professor estará diante de quarenta adolescentes em cada sala de aula ou turma, podendo contabilizar numa semana, quatrocentos ou quinhentos, a depender de sua carga horária; a leitura minimamente rigorosa de textos, embora (na cabeça do professor) devesse ser corriqueira, torna-se impraticável e a impossibilidade não está somente da quantidade de aulas e de alunos, ou no escasso tempo para preparar as aulas, está, sobretudo, no fato de que os alunos, em sua maioria, não sabem ler.

Porém, a clareza sobre a necessidade de um “produto educacional” mais bem qualificado para incrementar a atividade docente não basta, é preciso aprender a fazê-lo. Pois os instrumentos antigos (apreendidos alhures) não são nem de longe suficientes. A dificuldade com o texto e mesmo a ausência da prática de leitura é uma deficiência enraizada em nossa cultura em geral, com suave continuidade na escola e na academia. Não temos interesse em ler; quando lemos não entendemos (semianalfabetismo) e quando entendemos um pouco, servimos como contempladores, comentadores ou imitadores (na melhor hipótese).

Enfim, sobre o fazer e o escrever (filosofia ou filosofar) há milhares de páginas escritas, mas nosso atraso educacional é demasiado, mesmo entre os professores, e por conseguinte nossos estudantes sobretudo de Ensino médio, raramente chegam perto de entender os problemas filosóficos fincados nos livros. Daí, quando escrevem – com raríssimas exceções – o resultado é sofrível; vide nossos desastrosos resultados nas avaliações internacionais e o pífio avanço nas graduações de filosofia. Portanto, as demandas do mestrado profissional em filosofia são muitas e urgentes; a construção do edifício filosófico em nosso país não começou agora, mas o PROF-FILO é um andaime essencial. Quanto ao nosso núcleo, os projetos até então realizados e principalmente os produtos educacionais postos a público dão uma grande esperança: dias melhores para a filosofia estão por vir.

Entre a praça e a instituição escolar

A racionalidade analítica moderna é o meio pelo qual somos iniciados e profissionalizados filosoficamente. Este modelo, calcado no texto, e seguindo a perspectiva clássica da raridade dos aptos à iniciação filosófica opõe-se a qualquer iniciativa pedagógica lúdica ou dinâmica lúdicos, abertos à criatividade. Uma

experiência recentemente relatada colocou, diante de dez pessoas, um vídeo de três minutos. Nele, duas meninas de cinco anos, apareciam assistindo uma professora montar um varal com peças de diversas cores. A professora terminou, mostrou para elas e depois desmontou seu varal. Então, as duas meninas receberam, cada uma, um varal. Em seguida elas deveriam montá-los. Tinham dois minutos para isso. Uma delas ficou tentando repetir a ordem das cores do varal da professora, e na verdade quase conseguiu. A outra, mexia aleatoriamente nas peças e ao final de dois minutos apresentou uma configuração totalmente distinta e aleatória. A conclusão da experiência era uma consulta às pessoas selecionadas, sobre qual das meninas tinha acertado. Nove, de dez, escolheram a tentativa, da primeira menina, de repetir o feito da professora. Apenas uma delas apostou na criatividade. Ao final das contas, neste caso como em tantos outros, não havia certo ou errado.

Nunca é excessivo valorizar a leitura. Principalmente num país como o nosso. Contudo, a leitura de texto, ainda mais a leitura de texto filosófico, é uma técnica, sem dúvida, privilegiada, mas a filosofia é muito mais. O próprio texto é inesgotável, e as interpretações podem variar. É preciso aprender a retirar do texto todos os seus tesouros, mas sem transformá-lo num instrumento de opressão ou em inibidor da criatividade.

Tomada na perspectiva de seu desenvolvimento histórico, no Ocidente, a filosofia, desde a Grécia antiga é um discurso dialogado comumente realizado na praça. Entendida, esta última, como lugar onde os dilemas da vida se tornam objeto de discussão. É verdade, a criação da Academia, por Platão, precursora de todas as escolas, remete de longe à necessidade de “técnicos” para o exercício filosófico, isto é, a profissionalização. Mas é preciso destacar: Platão não concebia a filosofia como um conteúdo despejado sobre os estudantes. A filosofia era para ele uma forma de vida e uma prática dialogal.

Faria sentido, pois, especular, se a filosofia, ao longo de sua história, se fechou por demais, e se teria renunciado ao seu papel público e ao debate de interesse comum. Não está no escopo deste texto discutir coisa tão ampla; pode-se, no entanto, indicar que, mal ou bem, contra ou a favor, a filosofia continua assumindo um papel importante, uma das provas disso é a existência, mesmo recente, do mestrado profissional.

Há, todavia, questões mais simples a serem repercutidas: qual o papel do profissional da filosofia (geralmente, um agente bancado pelo poder público) na disseminação do pensamento filosófico? A quem interessa analisar e debater o “texto pelo texto”, mesmo sendo ele escrito em outro contexto absolutamente distinto? Qual o sentido de um debate filosófico restrito a grupos fechados em torno de publicações não lidas, a não ser por especialistas, e, sequer, divulgadas ao público? A todas estas questões houve e há respostas diversas. Muitos defensores das práticas especializadas, o fazem em nome da “pureza” da filosofia e da sua necessidade de manter o discurso de alto nível e rigor. Afinal, nem todos podem filosofar. Não é raro encontrar entre estes “especialistas”, o desprezo pelo ensino de filosofia. Tal desestima se manifesta mormente de duas maneiras: o descaso com as licenciaturas e com a didática no ensino superior onde trabalham, mas principalmente na recusa em debater o problema da “filosofia no ensino fundamental e médio”. Não espanta, portanto, as dificuldades encontradas na maioria dos departamentos para a implantação do mestrado profissional em filosofia. O PROF-FILO, raramente, não precisou combater um adversário caseiro. Não bastassem as enormes barreiras sociopolíticas impostas pela conjuntura, seria

preciso convencer grande número de profissionais lotado em institutos de ciências humanas, defensores da erudição ou da máxima “Filosofia é para poucos”.

Glenn W. Most em *A poética da Filosofia grega em seus primórdios* faz importantes observações acerca deste aspecto. Para ele, os antigos filósofos gregos jamais deixaram de priorizar a forma de comunicação. Tão significativo quanto a estrutura e a coerência da argumentação, o discurso deveria ser compreendido pelo público. Talvez não apareça aí nenhuma novidade. Mas a depender da consideração do tipo de público destinatário do discurso, tudo pode mudar, e muda. Para Most, a filosofia ocidental ao longo de seu desenvolvimento foi se tornando discurso cada vez mais técnico. Isso, embora em menor medida, já partir das intervenções das grandes Escolas gregas, a Academia e o Liceu. Segundo ele, a institucionalização, pela qual passou na Europa, seja na Idade Média ou depois, fez a filosofia abandonar a praça (pública) tornando-se acessível apenas a pequenos grupos. Isso teria se acentuado ainda mais quando a Filosofia se estabelece como disciplina profissional durante o século XVIII, europeu. Daí em diante, conforme Most, os filósofos passaram a destinar seus *discursos* (textos) a outros profissionais. Diz Most:

Autor e público são um segmento claramente definido da sociedade, demarcando o restante das pessoas, tanto em razão de uma atitude, da parte do sistema social, composta de um vago respeito e de uma indiferença básica quanto por um conjunto de características objetivas identificáveis: ser membro de instituições publicamente certificadas e associações autorreguladoras; publicações em certos tipos de periódicos e livros, vendidos em casas especiais; e bem estabelecido sistema de exame, sanções e recompensas, no qual o sucesso é devido em larga medida (mas nunca exclusivamente) à satisfação de critérios publicamente reconhecidos (2008, p. 417).

Tais institucionalização e profissionalismo descritos acima perduram. É a condição da existência de uma Filosofia oficial. E assim a “profissão do filósofo” se sustenta, como qualquer outra, no domínio de suas técnicas e especificidades. Nada teria de errado ou nocivo nisso tudo se a filosofia, desse modo, não negasse sua própria origem. Como discurso da e na praça, como comunicação dialogada entres cidadãos pensantes, a filosofia profissional parece mesmo uma contradição. E o contraditório pode progredir para paradoxal se assumirmos as máximas de muitos especialistas neste ou naquele pensador, normalmente antigo. Aqui avança-se para um segundo nível de delimitação. A saber, de longe a Filosofia se assemelha a uma técnica dominada apenas pelos profissionais da área; de perto, sendo impossível, tal domínio sobre coisa tão ampla, urge especializar-se neste ou naquele conceito, assunto ou filósofo. Há, assim, um paradoxo no profissionalismo filosófico, entendido este em sua máxima especialização: para haver um verdadeiro profissional da filosofia, a própria filosofia precisaria deixar de existir como tal, isto é, negar-se.

O profissional de filosofia em Mato Grosso

Saudando a honrosa memória de Euclides da Cunha, diríamos: “o profissional de filosofia do Ensino Médio no Brasil, é, antes de tudo, um forte”. Contra tudo e contra todos levanta-se no início da semana e sai para uma batalha particular, sua jornada pessoal de trabalho. Considerando-o em geral – como deve ser – um “funcionário” maltratado da escola pública (maltratada), entrevemo-lo nas seguintes condições, ao menos em relação ao Estado de Mato Grosso: a)

carrega consigo, de sua formação, todas as deficiências crônicas ou recentes do nosso precário sistema educacional; b) formado em filosofia, seja em instituição religiosa ou laica, traz as marcas de uma disciplina sistemática voltada para o centro de outro continente, de costas para a periferia, cujos infortúnios e mazelas ele tem agora diante de si, e com os quais deve dialogar; c) ainda mais grave é a condição de uma grande parte dos professores e professoras, formados, por sua vez, em outras áreas do conhecimento, subitamente se tornam explicadores de filosofia; d) às voltas com o vai-e-vem da filosofia, ora disciplina obrigatória, ora não, a sua carga horária, seu “ganha pão” vê-se constantemente ameaçado; e) para amenizar a ameaça, ele é sujeitado a assumir condições impraticáveis, tais como, trabalhar em diversas escolas, ou, mesmo numa única escola, “tocar” trinta e seis ou até quarenta turmas, pois, quando muito, resta uma aula por semana em cada série; f) com tantas turmas – único jeito de fazer o salário valer a pena – fica muito difícil preparar-se bem para as aulas e impossível acompanhar a produção “filosófica” dos jovens estudantes; g) por fim, mas não menos importante, em sua grande maioria, esses profissionais da filosofia assinam contratos precários, chamados substitutos, ou equivalente, e perdem sazonalmente o emprego como algumas árvores perdem as folhas.

Além desta lista de mazelas mencionadas acima, o professor de filosofia precisa ainda lidar com o óbvio, certo descaso pela filosofia: seja de órgãos oficiais de Estado ou das turmas com enviesado entendimento da disciplina. Todos os profissionais da área, sem exceção, já se depararam, não uma, mas diversas vezes com a capciosa pergunta: *para que serve a Filosofia?* Ora, sabemos bem as intenções contíguas a esta aparente indagação engajada. O interlocutor já tem uma resposta, embora, muitas vezes possa não ter a coragem de expressá-la. Também eventualmente é o caso de (ele) ter a resposta, ou seja, a filosofia é inútil, mas, justamente pela deficiência de não ter tido iniciação ao seu conteúdo, é incapaz de argumentar naquele sentido. Assim, o interlocutor posiciona-se entre ignorância e sarcasmo, exatamente as mesmas características ostentadas pelos “inimigos” oficiais da Filosofia e da escola. Então, em sua solidão intelectual, e com a paciência de causar inveja ao próprio Jó, o professor contabilizará mais meia hora justificando a presença de tal disciplina no currículo. Não há resposta fácil para perguntas difíceis, mas ao abordar a questão acima, Deleuze deu-nos algumas dicas práticas. Em seu livro *Nietzsche e a filosofia* ele diz:

Quando alguém pergunta para que serve a filosofia, a resposta deve ser agressiva, visto que a pergunta pretende-se irônica e mordaz. A filosofia não serve nem ao Estado nem à Igreja que têm outras preocupações. Não serve a nenhum poder estabelecido. A filosofia serve para entristecer. Uma filosofia que não entristece a ninguém e não contraria ninguém não é uma filosofia. Ela serve para prejudicar a tolice, faz da tolice algo de vergonhoso. Não tem outra serventia a não ser a seguinte: denunciar a baixeza do pensamento sob todas as suas formas. Existe alguma disciplina, fora da filosofia, que se proponha a criticar todas as mistificações, quaisquer que sejam sua fonte e seu objetivo? Denunciar todas as ficções sem as quais as forças reativas não prevaleceriam. Denunciar, na mistificação, essa mistura de baixeza e tolice que forma tão bem a espantosa cumplicidade das vítimas e dos autores. Fazer enfim do pensamento algo agressivo, ativo, afirmativo. Fazer homens livres, isto é, homens que não confundam os fins da cultura com o proveito do Estado, da moral ou da religião (1976, p. 87).

Neste texto, Deleuze, ao nosso ver, não apenas indica a saída momentânea para uma situação embaraçosa. Ele apresenta uma espécie de programa teórico/prático para qualquer empreendimento filosófico. Portanto, o trecho pode ser lido como um farol a indicar o sentido e os desafios da “profissão do filósofo”. Esta batalha – para demonstrar a importância da filosofia como disciplina e, portanto, justificar a razão de ser de sua profissão – embora relativamente curta, causa fastio ao professor, seja por sua repetição, seja pela indiferença e desprezo embutidos. Contudo, certamente, não é sua luta mais difícil. A tornar ainda mais desafiadora sua atividade profissional, está, de outro lado, uma atitude antagônica à anterior. Esta, por sua vez, não é irônica nem provida de sarcasmo. Inicialmente, é ingênua e marcada pela falta de curiosidade ou mesmo certa malemolência do espírito, e preguiça de estudar. Esta atitude dificulta as coisas porque, equivocadamente coloca a filosofia numa espécie de pedestal. Justamente pela ausência de interesse em informações mais aprofundadas, mas mantendo a mania de idolatrar o desconhecido, tal atitude tende a atribuir à filosofia estranhas utilidades. Por que isso impacta na atividade profissional do professor? A popularização da filosofia, na esteira de alguns palestrantes autointitulados filósofos ou mesmo doutores titulados em grandes instituições, criam falsas expectativas. Uma delas é a sensação de entendimento fácil de questões altamente demandantes. A reflexão demorada, o emprego de certa disciplina pessoal na elaboração e resolução de problemas existenciais ou metafísicos, e, ainda, se necessária, a leitura dirigida forma um conjunto de exigências às quais poucos se sentem dispostos. Daí o enorme sucesso dos palestrantes de plantão, a torrente de citações de filósofos nas redes sociais, o dilúvio de opiniões infundadas, seja no amor, na política ou na guerra. Assim, o professor de filosofia obstruído por tantas intempéries terá de, muitas vezes, escolher entre ser falso, indiferente ou antipático. Se escolher a indiferença terá de levar sua vida profissional, como se fosse um mecânico de automóvel ou de geladeira. Entretanto, talvez isso nem seja possível, e a longo prazo provavelmente insustentável. A opção pela “antipatia”, no sentido de ser persistente e fiel ao programa de Deleuze, é, sem dúvida, a mais frequente. Mas ela escancara os desafios supramencionado e traz invariavelmente a angústia. Esta última, para além de ser uma ameaça à saúde mental, também pode agir como impulsionadora de atitudes nobres e corajosas. Nesse caso o profissional de filosofia procurará, ao modo do barão de Munchausen, puxar-se pelos próprios cabelos. Tentará ser ainda mais contundente na defesa do programa filosófico; reforçará a postura crítica frente ao sistema articulado para banir ou ridicularizar a filosofia; finalmente admitirá a necessidade de estudar mais e se preparar melhor para defender sua profissão e suas crenças na importância da filosofia como disciplina presente na escola.

Considerando tudo isso, a formação continuada aparece como a melhor forma de enfrentar condições tão desfavoráveis. Assim, a criação do PROF-FILO surge, há poucos anos, neste cenário, como um aliado fundamental. Em nosso Estado, atestamos isto para todos os efeitos. Mesmo com as distâncias quase impraticáveis, dada a extensão territorial de Mato Grosso, os resultados iniciais são alvissareiros. A capital, Cuiabá, onde agora se abriga o Núcleo do PROF-FILO, embora distante até mais de mil km em muitas direções, é a única cidade a oferecer o curso de graduação em filosofia. Essas distâncias implicam em aumento das dificuldades para os potenciais candidatos ao Mestrado, por razões óbvias, mas também dificulta a divulgação e a comunicação mais efetivas. Estamos aprendendo a lidar com estas adversidades e reforçando as parcerias com a Secretaria Estadual

de Educação, a rede de Institutos Federais no estado, o mestrado acadêmico etc. Nossos egressos, se não são muitos, são ativos e se encontram espalhados por todas as regiões. Sem dúvida, o PROF-FILO, núcleo UFMT representa uma âncora necessária aos professores. É também um parceiro deste profissional já não tão solitário quanto antes. Para eles, a formação continuada deixou de ser realizada em outras áreas do conhecimento, e a expectativa de um futuro doutorado já se faz presente.

PROF-FILO na UFMT: alguns números e observações críticas

O núcleo PROF-FILO na UFMT nasceu junto com a rede. Estivemos desde a formação inicial do mestrado profissional, que hoje já conta com 25 instituições de ensino superior associadas. Destacaremos brevemente informações sobre o corpo discente, o corpo docente e os produtos educacionais.

Em termos quantitativos, considerando os anos de 2017 a 2024, podemos indicar os seguintes números do núcleo com respeito aos/às estudantes:

- 46 ingressantes, sendo 10 mulheres e 36 homens
- 22 ingressantes da capital/região metropolitana, 22 do interior, 2 de outros estados (Pará, estudante vindo de transferência, e Goiás)
- 20 concluintes, sendo 3 mulheres e 17 homens

Esses números mostram que o PROF-FILO no Mato Grosso tem conseguido alcançar várias regiões do estado. É perceptível que no decorrer dos anos mais docentes da rede pública do interior ingressam no mestrado profissional. Em 2022, foram 4 ingressantes da capital e 6 do interior. Em 2023, foram 1 da capital e 5 do interior. Em 2024, foram 2 da capital e 5 do interior. Essa parece ser uma tendência que revela certa capilaridade do PROF-FILO. Por outro lado, chama a atenção que nos dois últimos anos foram poucos ingressantes da capital/região metropolitana, onde se concentra parte significativa das escolas estaduais. Se essa pouca entrada de docentes capital/região metropolitana indica uma tendência ou algo circunstancial, é algo a ser melhor avaliado.

Uma questão a ser enfrentada é a disparidade entre ingressantes homens e mulheres. O núcleo deverá investigar as causas desse fenômeno (que não é algo exclusivo do estado de Mato Grosso mas pode apresentar especificidades) e propor medidas para buscar uma equidade de gênero.

Em relação ao corpo docente, o núcleo conta no momento com 11 docentes, somados permanentes e colaboradores, sendo:

- 6 docentes da UFMT
- 1 docente do IFMT, campus São Vicente
- 1 docente da Secretaria Estadual de Educação de Mato Grosso
- 3 docentes de instituições de ensino de outros estados (IFSP, campus Registro, UFTM, UFPR)

Nota-se que o corpo docente é diverso e apresenta contribuições de profissionais de variadas instituições, o que permite a criação de uma pequena rede de pesquisadores/as e trocas de experiências. Contudo há uma desigualdade grande na composição quanto ao gênero: apenas 2 professoras integram o corpo docente. Isso reflete, em parte, a composição desproporcional de docentes de

filosofia que atuam na UFMT. O departamento de filosofia da UFMT possui 15 docentes permanentes, sendo apenas 3 mulheres e destas, apenas 1 atua na área do ensino de filosofia. Também em relação ao corpo docente o núcleo precisará buscar equidade de gênero.

Os produtos educacionais elaborados no núcleo são diversos: cadernos pedagógicos; catálogo de autores; metodologias de ensino utilizando canção popular, teatro, seriado, smartphone; oficina de textos; análise sobre projeto de vida e livros didáticos; olimpíada de filosofia. Todo esse material tem sido utilizado como referência em atividades no próprio PROF-FILO e na graduação, seja através de oficinas oferecidas pelos/as egressos/as em eventos acadêmicos realizados na universidade que toam por base as pesquisas realizadas no núcleo, seja por meio de indicações bibliográficas em disciplinas da licenciatura ou do mestrado. Entretanto, maior visibilidade precisa ser dada à produção do PROF-FILO, tanto aprimorando a divulgação nas redes sociais e demais canais na internet quanto no formato do que é divulgado. A divulgação por si só da dissertação não parece ser o melhor formato para que o produto educacional seja distribuído. Talvez seja necessário buscar uma maneira de divulgar na qual o produto educacional esteja disponibilizado a parte, com alguma remissão à dissertação completa. Isso pode tornar a circulação do produto educacional mais efetiva.

Desafios para os próximos anos

O PROF-FILO na UFMT apresenta uma trajetória permeada por questionamentos, dificuldades e esperanças. Sem dúvida, o mestrado profissional foi um ganho para a formação docente no estado. O PROF-FILO contribui para que os/as docentes de filosofia encontrem um espaço para diálogos, trocas e aprendizagens, diminuindo um pouco a solidão que muitos profissionais da filosofia sentem por não encontrar um local e pares com quem possam compartilhar os questionamentos e as experiências em torno do ensino de filosofia. O mestrado mostra-se como uma possibilidade de contato renovado dos profissionais da rede pública com a universidade. E a universidade tem com o mestrado profissional uma oportunidade muito interessante para repensar a formação que oferece. Seu impacto é positivo, mas há muito a melhorar e os desafios não são poucos. Já indicamos ao longo do texto alguns problemas a serem enfrentados. Aqui, para encerrar essa breve reflexão sobre o PROF-FILO em Mato Grosso, deixaremos indicado, de modo esquemático, mais alguns desafios para os próximos anos.

a) Comunicação

a divulgação sobre as atividades do PROF-FILO deve ser aprimorada. Há limites institucionais que dificultam uma melhor comunicação, por exemplo, a falta de pessoal técnico-administrativo para auxiliar a coordenação nessa tarefa. Contudo, a criação de um site e redes sociais próprias do núcleo, iniciativas em desenvolvimento, certamente facilitarão a circulação das informações sobre o núcleo.

b) Diálogo com egressos

manter o contato com os egressos é fundamental, tanto para conhecer com maior detalhe os impactos do programa como para criar uma rede de profissionais de filosofia que possam interagir e difundir conhecimentos e práticas. Esse contato foi prejudicado com a pandemia, que impossibilitou encontros presenciais e um estreitamento das relações, mas com os/as

egressos de turmas constituídas após a pandemia o diálogo tem sido mais constante. Há boas expectativas de que isso se mantenha e que as/os egressos possam participar mais ativamente em ações no PROF-FILO como aulas, eventos e pesquisas conjuntas.

c) *Espaço físico*

na UFMT um problema é o espaço físico, que deteriorou bastante como reflexo do período pandêmico e da falta de investimentos, fazendo com que salas e laboratórios de ensino ficassem sem a devida manutenção e atualização. Felizmente no ano corrente surgiram recursos na universidade para apoio a laboratórios de ensino³ e recursos de capital da CAPES que contribuirão para amenizar o problema do espaço físico e melhorar a qualidade do ensino.

d) *Extensão*

o núcleo tem realizado atividades de extensão, sobretudo eventos acadêmicos organizados em parceria com a graduação em filosofia e com o mestrado acadêmico, que contribuem para divulgação das pesquisas, mas outras ações tendem a ganhar relevância, principalmente as olimpíadas de filosofia. Docentes do núcleo integraram comissões julgadoras da etapa regional da I Olimpíada Nacional de Filosofia (Onfil) e ministraram oficinas na Olimpíada de Filosofia de Sorriso, atividade que foi tema de dissertação no núcleo UFMT e é desenvolvida por egresso do programa. Para os próximos anos se planeja uma melhor articulação para que essas olimpíadas possam integrar de maneira formal e mais desenvolvida ações de extensão do núcleo.

e) *Integração com a graduação*

recentemente houve iniciativas visando integrar o mestrado profissional e os programas de iniciação à docência, PIBID e Residência Pedagógica, por meio de participação de discentes da graduação em cursos do mestrado. Com a nova edição do PIBID, que deverá iniciar suas atividades no final de 2024, espera-se que outras formas de integração sejam realizadas, por exemplo, envolvendo o PIBID e o PROF-FILO nas diversas etapas das olimpíadas de filosofia e na promoção de eventos e cursos voltados à difusão da produção acadêmica e das experiências escolares em ensino de filosofia.

f) *Articulação com o mestrado acadêmico*

na UFMT temos dois mestrados em filosofia, profissional e acadêmico, com alguns docentes integrando o corpo docente dos dois cursos. Isso torna propícia a articulação entre os dois mestrados, de modo que possam, por exemplo, ofertar algumas disciplinas de modo conjunto, envolvendo o corpo discente de ambos os cursos, além de realização conjunta de eventos, o que otimiza recursos financeiros (quase sempre escassos) e contribui para fomentar uma cultura filosófica que não dicotomize e nem hierarquize as formações profissional e acadêmica. Nos últimos tempos essa articulação entre os mestrados tem sido ensaiada e a expectativa é de continuidade e aprimoramento dessa prática.

³ Chamada interna nº 1 PROPLAN/2024 – Apoio a Laboratórios Multidisciplinares de Ensino e Pesquisa

Bibliografia

ARISTÓTELES. *Metafísica*. Edições Loyola, São Paulo, 2002.

DELEUZE, Gilles. *Nietzsche e a filosofia*. Tradução: Edmundo Fernandes Dias e Ruth Joffily Dias. Rio de Janeiro: Editora Rio, 1976.

MOST, Glenn W. A poética da Filosofia grega em seus primórdios. In: LONG A. A. (org). *Os primórdios da Filosofia grega*. Ed. Ideias & Letras, Aparecida, SP, 2008.

PLATÃO. *Teeteto-Crátilo*. Tradução: Carlos Alberto Nunes. Belém: Editora Universitária UFPA, 1988.

Recebido em: 09/2024
Aprovado em: 12/2024